

PREVIDÊNCIA

Especialistas discordam da reforma proposta pelo governo

Fim de desonerações e a cobrança de dívidas são alternativas

Brasília - Com o debate sobre a reforma da Previdência, uma corrente de economistas e especialistas rebate o argumento de que a Previdência Social esteja quebrada e que o envelhecimento da população brasileira inviabilizará o pagamento de aposentadorias e pensões. Para eles, há alternativas à reforma proposta pelo governo federal, entre elas o fim da política de desonerações fiscais e a cobrança das dívidas previdenciárias de grandes empresas.

Essa corrente também defende que governo e sociedade tenham claro que a Previdência Social integra o conjunto de ações de seguridade social, destinadas a assegurar também os direitos relativos à saúde e à assistência social. E, portanto, tem outras fontes de custeio além das contribuições de trabalhadores e empregadores a partir dos salários.

O governo argumenta que o déficit da Previdência continuará a crescer se as regras atuais de concessão do benefício permanecerem. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que, em 2016, o déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) chegará a R\$ 149,2 bilhões. Em 2017, a expectativa é que atinja R\$ 181,2 bilhões.

Segundo o governo, este quadro tende a piorar, pois com o aumento da expectativa de vida do brasileiro e a diminuição da fecundidade, as regras atuais são insustentáveis. Citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria da Previdência Social, ligada ao Ministério da Fazenda, aponta que, hoje, o número de brasileiros em idade ativa chega a 140,9 milhões. Em 2060, a expectativa é que esse número caia para 131,4 milhões.

Já o total de idosos pode crescer mais de 260% no período. Isso significaria mais

beneficiários, recebendo por mais tempo. Daí a proposta do governo de elevar para 65 anos a idade mínima para aposentadoria e pelo menos 25 anos de contribuição. Pela reforma, o trabalhador deverá contribuir por mais 24 anos (totalizando 49 anos de contribuição) para receber 100% do valor da aposentadoria a que tem direito. Com a reforma, o governo espera economizar R\$ 678 bilhões entre 2018 e 2027.

No entanto, para o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Vilson Antonio Romério, a Previdência não é uma mera questão matemática. "Considerando a Previdência como parte do sistema de seguridade social, não há déficit. Pelo contrário. O total de recursos que a União arrecada para custear toda a seguridade social é superior aos gastos. Só em 2014, sobraram no caixa R\$ 54 bilhões. Em 2015, sobraram mais R\$ 11 bilhões. Mas esses recursos têm sido empregados para outros fins, como o pagamento da dívida pública".

Romério concorda que o "fluxo de caixa do INSS" precisa de alguns ajustes, mas defende que, antes de se exigir mais anos de contribuição dos trabalhadores, o governo deveria rever as políticas de desoneração e de renúncias previdenciárias; impedir a desvinculação das receitas destinadas aos programas sociais e à Previdência; cobrar a dívida bilionária que várias empresas têm com o INSS, entre outras opções que ele espera que sejam debatidas no Congresso Nacional.

"Pode-se, por exemplo, revisar a alíquota da contribuição paga pelos empresários do agronegócio. Sabemos da importância econômica do setor, mas temos que chamar esses empresários a contribuir um pouco mais. Hoje,

a Previdência rural arrecada cerca de R\$ 7 bilhões e paga algo como R\$ 90 bilhões em aposentadorias e pensões", exemplificou.

Contabilidade criativa - Doutor em Ciência Econômica e professor da **Unicamp**, Eduardo Fagnani é taxativo: "A ideia de déficit na Previdência foi fruto de uma contabilidade criativa. O orçamento da seguridade social prevê que o trabalhador, o empregador e o governo contribuam para a manutenção do sistema. A parte do governo vem de duas contribuições criadas para isso: a Contribuição para o Financiamento da

Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)".

Em 2015, ano em que a arrecadação da Receita Federal caiu devido à crise econômica, as empresas pagaram menos tributos. Contabilizadas indiscriminadamente, a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) totalizaram R\$ 183,5 bilhões (queda real de 13,82% em comparação com 2014). Já a Cofins, somado ao Programa de Integração Social (PIS), alcançou R\$ 266,4 milhões (queda de 4,9%).

Fagnani reconhece que, na

Idade mínima de 65 anos provoca polêmica

São Paulo - A assessoria de imprensa do Palácio do Planalto distribuiu nota na sexta-feira para dizer que "é incorreta a informação de que o governo federal aceita diminuir a idade mínima de 65 para requerer a aposentadoria na proposta da reforma da Previdência". Segundo a nota da comunicação do governo, "esse ponto é central" para que se atinja o equilíbrio futuro nos gastos com aposentadorias.

Apesar da negativa, para enfrentar resistências à reforma, o Planalto está disposto a negociar com as centrais sindicais mudanças na idade mínima de 65 anos. Uma das alternativas possíveis é a fixação de um escalonamento, até se chegar à marca de 65.

Durante a reunião do presidente Michel Temer com as centrais sindicais para apresentar a reforma, o governo viu que a fixação de uma idade mínima em 65 anos terá muita dificuldade de ser aprovada. Foi o ponto mais atacado pelos sindicalistas. No entanto, segundo interlocutores do governo ouvidos pela reportagem, a proposta foi desenhada com uma "gor-

dura" para negociação por causa da complexidade da reforma e das resistências já encontradas antes mesmo de seu anúncio pelo presidente Temer.

O próprio ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, já disse que o texto enviado ao Congresso é "para início de debate", sinalizando que as negociações estão abertas e vão ocorrer. "Essa é uma proposta para início de debate e vamos debater. Quanto mais amplo o debate, melhor. Por isso estou aqui", disse Meirelles, durante encontro com sindicalistas realizado no último dia 5, em São Paulo.

Além da idade mínima, poderá entrar nas negociações o "pedágio" que obrigará homens de 50 anos e mulheres de 45 a trabalhar mais para se aposentar, além do "gatilho" que elevaria a idade mínima a 67 anos até o fim dos anos 2050. A nota da assessoria do Planalto não faz referência ao "pedágio" nem ao "gatilho".

Impostos - O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, defendeu a reforma da Previdência e



O fluxo de caixa do INSS precisa de ajustes, avalia a Anfip

chamada Previdência Rural, o montante recolhido é inferior ao total pago em benefícios, mas chama a atenção para o caráter especial da aposentadoria rural. "Se a Previdência é parte da seguridade social e o orçamento desta é maior justamente para assegurar o direito de todo trabalhador à saúde, à assistência e à

previdência social, o suposto déficit poderia ser coberto com parte dos R\$ 202 bilhões arrecadados em 2015 com a Cofins. Ou com parte dos R\$ 62 bilhões arrecadados com a Contribuição sobre o Lucro. "Se há fontes de financiamento para cobrir a diferença, não podemos chamar de déficit", disse. (ABR)

afirmou que sem ela seria preciso aumentar a já elevada carga tributária do País. A estimativa de Mansueto é que, sem a reforma o governo, terá que elevar a tributação em R\$ 500 bilhões nos próximos 30 anos. "Fazer ajuste carregando em carga tributária não é uma opção", disse o secretário na sexta-feira em palestra no seminário "Novas Tendências em Educação Financeira", promovido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no Rio de Janeiro.

Ao defender a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Previdência apresentada pelo governo Michel Temer, Mansueto disse que não faz sentido pessoas se aposentarem aos 50 anos, "auge da atividade produtiva".

Mansueto defendeu também o ajuste fiscal em curso para reduzir o nível de endividamento do País, afirmando que apesar do momento difícil ele está sendo implementado de forma gradual. A prova disso seria o fato de que o orçamento do próximo ano terá um crescimento nominal

de R\$ 80 bilhões, sendo que o da saúde será de R\$ 10 bilhões. "Sem ajuste fiscal, a dívida pública pode passar de 100% do PIB. Por isso o ajuste fiscal tem que ser feito", reforçou.

Reação - O secretário de Acompanhamento Econômico disse que a reação enfrentada pelo governo à reforma da Previdência faz parte do debate democrático. Mansueto afirmou que a pretensão do governo é aprovar a PEC da Previdência no primeiro semestre e evitou mencionar pontos que poderão ser negociados. "A pressão dos sindicalistas não é pressão, é normal. Se trata de uma Proposta de Emenda Constitucional que vai ser discutida no Congresso, então é normal que você tenha o debate. Isso faz parte do processo democrático", minimizou.

O governo pretende aprovar a PEC da Previdência no primeiro semestre, provavelmente após a eleição dos presidentes da Câmara e do Senado, em fevereiro, para evitar ruídos. "Se a gente aprovar uma reforma tão ampla entre o primeiro e o segundo semestre já é um sucesso", disse. (AE)